

DANIEL DEFOE

OBRA RECOMENDADA
Leitura
Autônoma
2.º ciclo

ROBINSON CRUSOÉ

Versão integral.

Nova tradução de
Paulo Tavares

Prefácio da escritora
Carla Maia de Almeida



 fábula

Índice

Prefácio

– 9 –

Capítulo I

Início de vida

– 13 –

Capítulo II

Escravidura e fuga

– 33 –

Capítulo III

Naufração numa ilha deserta

– 52 –

Capítulo IV

Primeiras semanas na ilha

– 78 –

Capítulo V
Construção da habitação — O diário
– 109 –

Capítulo VI
Doente e com a consciência pesada
– 128 –

Capítulo VII
Experiência agrícola
– 147 –

Capítulo VIII
Localização e reconhecimento da ilha
– 161 –

Capítulo IX
Um barco
– 176 –

Capítulo X
Domesticação de cabras
– 199 –

Capítulo XI
Uma pegada humana na areia
– 215 –

Capítulo XII

Retiro numa gruta

– 234 –

Capítulo XIII

O naufrágio de um navio espanhol

– 257 –

Capítulo XIV

Um sonho tornado realidade

– 274 –

Capítulo XV

A educação de Sexta-Feira

– 296 –

Capítulo XVI

Salvamento de prisioneiros nas mãos de canibais

– 319 –

Capítulo XVII

A visita de amotinados

– 344 –

Capítulo XVIII

A recuperação do navio

– 366 –

Capítulo XIX

Regresso a Inglaterra

- 390 -

Capítulo XX

Uma luta entre Sexta-Feira e um urso

- 412 -

Prefácio

Quando Daniel Defoe viu o primeiro exemplar de *As Aventuras de Robinson Crusóé*, estava longe de imaginar que o livro resultaria num caso sério de sucesso imediato. Escrevera-o sem outra pretensão que não fosse a de ganhar dinheiro, pois a sua contestatária atividade política e jornalística cedo o levou à ruína financeira. Pouco depois, *Robinson Crusóé* seria traduzido para francês e alemão, conhecendo várias reedições em inglês no mesmo ano da sua publicação: 1719, Londres. A presente edição da Fábula assinala os trezentos anos volvidos sobre a sua publicação.

À época, os relatos de aventuras no mar eram um género em voga, mas o golpe de mestre de Defoe consistiu em criar uma personagem sem nenhuma qualidade heroica e, paralelamente, expor o drama interior de um homem comum abandonado à sorte, à solidão e à culpa. De um arquétipo universal, surgiria um dos primeiros romances modernos da História.

Para escrever *As Aventuras de Robinson Crusóé*, Daniel Defoe partiu de histórias de náufragos e, em especial, de

um marinheiro escocês, de seu nome Alexander Selkirk, que sobreviveu durante cinco anos numa ilha desabitada do arquipélago de Juan Fernández, ao largo do Chile. Para tornar o relato mais verosímil, Defoe preferiu não assinar esta obra, fazendo-a passar por uma narrativa autobiográfica, mas não dirigida aos mais novos. Com o tempo, *Robinson Crusóé* tornou-se um caso claro da chamada «literatura anexada», isto é, obras que, não tendo sido pensadas nem escritas para um público infantojuvenil, se tornaram favoritas de gerações mais jovens e passaram a integrar as suas coleções próprias. Em Portugal, *Robinson Crusóé* não poderia faltar nas célebres *Biblioteca dos Rapazes* e *Biblioteca das Raparigas*, entre outras.

O estilo de Daniel Defoe é ágil e direto – ou não fosse ele um jornalista *avant la lettre* –, o que torna as suas longas descrições fáceis de ler. Não exageramos se dissermos que é precisamente a abundância de pormenores que enriquece a narrativa, tornando-a muito visual e até cinematográfica (quem não se lembra do moderno Robinson Crusóé recriado por Tom Hanks em *O Náufrago*?). À semelhança do testemunho verdadeiro de um naufrago, todas as atividades quotidianas do protagonista são minuciosamente explicadas ao leitor; desde o levantamento da paliçada até à domesticação de animais, passando pela manufatura de cestos, pela agricultura, pela recolção e pela caça. Durante os seus 28 anos de permanência na ilha deserta, Robinson Crusóé reproduz a caminhada da civilização; e, sobretudo, a que preside às suas origens ocidentais.

Enquanto o marinheiro Alexander Selkirk se encontrava num estado semisselvagem quando foi resgatado por

um navio, Robinson Crusóé reescreve o seu destino construindo um modelo de sociedade aplicado a um homem só. Ao fazer essa escolha, Robinson conserva a sua humanidade e cultura, com a contrapartida de ver exacerbada a solidão, pois tudo lhe recorda a terra natal. No entanto, assim reúne forças para lutar contra as condições adversas, invocando a Divina Providência em momentos de grande aflição.

Mais do que a moral religiosa, sem a qual o romance talvez não fosse um repentino bestseller, Daniel Defoe exalta as virtudes persistentes e laboriosas do *homo faber*. A arca de carpintaria, descoberta durante uma das suas incursões aos destroços do navio naufragado, afigura-se-lhe como «mais valiosa do que um barco carregado de ouro». Prosaica lição, para um rapaz de 18 anos que foge de casa movido pelo desejo de aventura, contrariando a vontade dos pais.

Na sua urgência de habitar o mundo inóspito com o qual se depara, Robinson começa por buscar referências conhecidas. Reúne materiais, organiza-os e inventa-lhes novas funções práticas. Semeia trigo, cevada e arroz; constrói uma mesa e uma cadeira; ensina um papagaio a pronunciar o seu nome; dedica tempo à leitura da Bíblia e à escrita de um diário. Equilibrando-se entre o mundo material e o espiritual, elabora um mapa de orientação interior que o salva da negligência e da desesperança.

Ao avistar uma pegada humana na praia, os seus temores reacendem-se, mas a chegada de Sexta-Feira marcará o início de uma nova aventura humana. No regresso a casa, anos mais tarde, será inevitavelmente um homem

transformado por essa experiência-limite: a provação da extrema solidão.

Perguntamo-nos até que ponto não seria benéfico se cada um de nós, a seu modo, tivesse de passar uma temporada numa ilha deserta para aprender a valorizar não o ouro, mas o Outro.

Carla Maia de Almeida

Capítulo I

Início de vida

Nasci no ano de 1632, na cidade de York, no seio de uma boa família, originária, porém, de outro país. O meu pai era um estrangeiro de Bremen que, inicialmente, se estabeleceu em Hull e, depois de ali juntar uma considerável fortuna como comerciante, abandonou a profissão e foi viver para York, onde casou com a minha mãe, cujo apelido era Robinson — uma família bastante reputada na região e à qual se deve o meu nome, Robinson Kreutznaer. No entanto, devido a uma abreviação, prática comum em Inglaterra, chamam-nos agora, e nós próprios nos intitulamos e assinamos, Crusoé. Foi também sempre assim que os meus companheiros me chamaram.

Tive dois irmãos mais velhos. Um deles era tenente-coronel de um regimento de infantaria inglês na Flandres, então comandado pelo célebre coronel Lockhart, e morreu na batalha de Dunquerque contra os espanhóis. Quanto ao

meu segundo irmão, nunca soube o que foi feito dele, da mesma forma que o meu pai e a minha mãe nunca souberam o que foi feito de mim.

Como era o terceiro filho da família e não fora instruído em qualquer ofício, a minha cabeça começou, desde muito cedo, a ser preenchida com pensamentos errantes. O meu pai, de idade muito avançada, providenciara-me uma educação razoável, tão razoável quanto pode ser a educação obtida em casa e numa escola de província gratuita, e tentava direcionar-me para o exercício das leis. Todavia, só as aventuras no mar me entusiasmavam, e esta minha inclinação levou-me a contrariar tão fortemente a vontade, ou melhor, as ordens do meu pai, a par de todas as súplicas e apelos da minha mãe e dos meus amigos, que parecia existir um caráter de fatalidade naquela propensão natural para rumar à vida de miséria que haveria de se abater sobre mim.

O meu pai, prudente e discreto, deu-me sábios e excelentes conselhos contra o que previa serem as minhas intenções. Certa manhã, chamou-me ao seu quarto, no qual se encontrava confinado devido a uma crise de gota, e discorreu veementemente sobre o assunto. Perguntou-me que razões teria eu, além de uma mera vocação itinerante, para abandonar a casa paterna e o meu país natal, onde poderia desenvolver boas relações e, com dedicação e espírito de iniciativa, aumentar a minha fortuna, usufruindo assim de uma vida cómoda e agradável. Disse-me que só os homens desesperados, por um lado, ou extremamente ambiciosos, por outro, partiam para o estrangeiro em busca de

aventuras, com o intuito de ascenderem a outra posição mediante atividades engenhosas e de obterem fama através de façanhas em domínios pouco explorados; que essas coisas estavam ou muito acima ou muito abaixo de mim; que a minha condição era a intermédia, ou aquilo a que se poderia chamar a posição mais elevada do nível inferior da vida, a qual, conforme a sua longa experiência lhe ensinara, era a melhor posição do mundo, o estado mais propício à felicidade humana, não se encontrando exposto às misérias, às privações, aos trabalhos e aos sofrimentos do setor mecânico da humanidade, nem toldado pelo orgulho, pelo luxo, pela ambição e pela cobiça do setor superior. Disse-me que poderia avaliar por mim mesmo o grau de felicidade inerente a esse estado com base num único aspeto: o facto de ser invejado por todas as outras pessoas; que os reis costumavam lamentar as tristes consequências de terem nascido para grandes propósitos, revelando preferência por um lugar no meio dos dois extremos, entre os vis e os grandes; que o homem sábio corroborava precisamente este parâmetro de felicidade ao rezar para não ser nem pobre nem rico.

Ao insistir nessas ideias, pretendia fazer-me entender que as calamidades da vida eram sempre partilhadas entre a parte superior e a parte inferior da humanidade, enquanto a posição intermédia sofria menos desastres e estava menos exposta às vicissitudes por elas enfrentadas; que não padecia de tantas perturbações e mal-estares, quer do corpo quer da mente, como os que, por um lado, se entregavam aos vícios, luxos e extravagâncias ou, por outro, tinham de

suportar o trabalho excessivo, a necessidade e a falta de alimentos, sendo assim vítimas das consequências naturais do seu modo de viver; que a posição intermédia da vida dispunha de todo o tipo de virtudes e deleites; que a paz e a abundância estavam ao serviço de uma fortuna moderada; que a temperança, a moderação, a tranquilidade, a saúde, o convívio, todas as diversões agradáveis e todos os prazeres desejáveis constituíam as dádivas da vida na posição intermédia; que, dessa forma, os homens passavam tranquila e silenciosamente pelo mundo e dele partiam com todos os confortos, sem estarem sujeitos ao trabalho árduo do corpo ou da mente, sem se venderem como escravos para ganhar o pão de cada dia, sem serem atormentados pelas situações adversas que roubam a paz à alma e o descanso ao corpo, sem ficarem enraivecidos pelo poder da inveja ou do secreto desejo ardente da ambição pelos grandes feitos; que, nessas circunstâncias vantajosas, ao passar suavemente pelo mundo, nos era possível saborear as coisas doces da vida, sem termos de provar as amargas, sentindo-nos felizes e, com a experiência de cada dia, ficando cada vez mais conscientes dessa nossa condição.

Depois desse discurso, pediu-me seriamente, mas de um modo bastante afetuoso, para não agir como um jovem imaturo, para não me precipitar nas misérias de que a natureza e a posição em que havia nascido me desobrigavam. Acrescentou que eu não tinha necessidade de procurar o meu ganha-pão; que ele estaria do meu lado e se empenharia em fazer-me aceder justamente ao estado da vida que acabara de me recomendar; e que, se eu não me

achasse confortável e feliz no mundo, isso só poderia ser culpa do destino ou das minhas faltas, coisas pelas quais ele não teria de responder, pois cumprira o seu dever, alertando-me para as ações que, segundo sabia, me poderiam prejudicar. Em poucas palavras, seria generoso comigo se eu ficasse em casa e ali me estabelecesse, mas não teria qualquer participação nas minhas desventuras para não me encorajar minimamente a partir. Por fim, pediu-me que considerasse o exemplo do meu irmão mais velho, a quem apresentara os mesmos sinceros argumentos, na tentativa de evitar a sua partida para as guerras nos Países Baixos, embora sem sucesso, uma vez que a ânsia juvenil do meu irmão o instigara a correr para se alistar no exército, ao serviço do qual viria a morrer. Caso eu mantivesse a intenção de dar um passo tão insensato, ele não deixaria de rezar por mim, mas atrevia-se a dizer que Deus não me abençoaria e que, mais tarde, me sobraria tempo para refletir sobre as consequências de não ter seguido os seus conselhos, porventura já sem ninguém que me prestar ajuda.

Nessa última parte do discurso — um discurso verdadeiramente profético, embora ele próprio não tivesse noção disso —, notei que as lágrimas lhe escorriam pelo rosto, em particular quando falava do meu irmão morto. E, quando referiu o tempo que teria para me penitenciar, sem ninguém a quem recorrer, ficou tão comovido que interrompeu o discurso, confessando que o coração lhe pesava a ponto de não me conseguir dizer mais nada.

Emocionei-me muito com as palavras do meu pai — na verdade, quem não se emocionaria? — e resolvi desistir da ideia

de viajar para me estabelecer na minha terra natal, de acordo com os seus desejos. Infelizmente, bastaram alguns dias para voltar a mudar de opinião e, algumas semanas depois, não querendo continuar a ser importunado pelo meu pai, decidi fugir de casa. Contudo, não agi precipitadamente, nem me deixei levar pela urgência de um primeiro impulso. Um dia, quando me pareceu que a minha mãe se sentia melhor do que o habitual, chamei-a à parte e contei-lhe que a minha ânsia de ver o mundo era tão grande que jamais poderia empreender outra atividade com a determinação necessária para a levar a cabo. Disse-lhe, também, que seria melhor o meu pai dar-me o seu consentimento do que me forçar a partir sem ele. Tinha 18 anos e era já demasiado tarde para começar a trabalhar como aprendiz de um negócio ou ajudante de um advogado. Além disso, estava certo de que, caso fosse esse o caminho escolhido, não demoraria muito até fugir do meu mestre para me fazer ao mar. Pedi-lhe, por isso, que falasse com o meu pai e o persuadisse a deixar-me fazer uma viagem marítima. Se regressasse a casa sem ter apreciado a experiência, nunca mais partiria e aplicar-me-ia com o dobro do empenho para recuperar o tempo perdido.

Essas palavras deixaram a minha mãe bastante incomodada. Respondeu-me que não fazia sentido algum falar com o meu pai sobre esse assunto porque ele conhecia demasiado bem os meus verdadeiros propósitos para consentir algo que me poderia trazer tanto sofrimento. Sentia-se surpreendida com o facto de eu ainda alimentar tais pensamentos depois da conversa que tivera com o meu

pai e das expressões de afeto e ternura que dele recebera. Em suma, transmitiu-me que, se eu quisesse arruinar a minha vida, nada me conseguiria impedir de o fazer, mas bem poderia estar seguro de que jamais contaria para tal com a aprovação deles. No que lhe dizia respeito, não estava disposta a ser cúmplice da minha destruição, nem a me permitir algum dia afirmar que ela acedera a algo a que o meu pai se opusera.

Embora a minha mãe se tivesse recusado a falar com o meu pai, vim mais tarde a saber que lhe reportara tudo e que ele, mostrando grande preocupação, lhe dissera, suspirando:

«Este rapaz poderia ser feliz se aqui ficasse, mas, se partir em viagem, será o mais miserável e desgraçado dos homens. Perante isto, não posso dar o meu consentimento.»

Só fugi de casa quase um ano mais tarde, embora durante esse longo período me tivesse mantido obstinadamente surdo a todas as propostas para me estabelecer num negócio. Discutia frequentemente com os meus pais sobre a sua rígida determinação em negar os meus desejos mais profundos. Mas, certo dia, encontrando-me em Hull, onde fora por acaso e sem nenhuma intenção de fugir, cruzei-me com um amigo que se preparava para partir rumo a Londres no barco do seu pai. Ele convidou-me a acompanhá-los, atraindo-me com o isco de que os marinheiros se servem habitualmente, ou seja, dizendo que eu nada teria de pagar pela passagem. Não voltei a consultar a minha família e nem sequer lhes enviei recado da decisão tomada.

Ao invés, deixei que viessem a saber como pudessem e, sem pedir a bênção divina ou parental, sem considerar as circunstâncias ou as conseqüências, no primeiro dia de setembro de 1651, em má hora, Deus bem o sabe, entrei a bordo de um navio com destino a Londres. Creio nunca ter existido um jovem aventureiro cujos infortúnios tenham começado tão cedo e durado tanto tempo como os meus. Mal o barco saiu do porto, levantou-se um enorme vendaval e o mar começou a agitar-se com uma violência aterradora. Como nunca havia estado no mar, comecei a sentir um mal-estar no corpo e um terror na alma muito difíceis de expressar. Naquele momento, pus-me a pensar seriamente sobre o que tinha feito, julgando estar a ser castigado pelo Céu, com toda a justiça, por ter abandonado a casa dos meus pais e as minhas obrigações. Recordei subitamente todos os bons conselhos da minha família, as lágrimas do meu pai e as súplicas da minha mãe. A minha consciência, que ainda não apresentava a sensatez atual, censurava-me por ter menosprezado advertências tão pertinentes e por ter faltado ao meu dever para com Deus e para com o meu pai.

Entretanto, o temporal aumentava e o mar crescia, embora nada comparado com o que viria a testemunhar muitas vezes a partir de então e, na verdade, logo alguns dias depois. Ainda assim, era o suficiente para me assustar, pois não passava de um jovem marinheiro que jamais havia visto algo semelhante. A cada onda, receava que o mar nos engolisse e, de cada vez que o barco submergia e caía no que me parecia ser o fundo do mar, pensava que não

voltaria a vir à tona. Envolto nesta agonia, fiz muitos votos e promessas: se Deus me salvasse a vida nessa viagem, se voltasse a pisar terra firme, iria diretamente para casa do meu pai e nunca mais poria os pés num barco; seguiria os seus conselhos e não voltaria a correr ao encontro de tormentos como aquele. Via agora claramente a bondade das suas observações acerca do estado intermédio da vida e o quão tranquila e confortavelmente vivera os seus dias, sem se expor a tempestades no mar ou a problemas em terra. Decidi, assim, como um verdadeiro filho pródigo arrependido, regressar a casa do meu pai.

Esses pensamentos sábios e prudentes acompanharam-me enquanto a tempestade durou e, em bom rigor, durante algum tempo depois. Todavia, no dia seguinte, o vento amainou, o mar acalmou e eu começava a acostumar-me ao barco. Passei o dia inteiro bastante recolhido, visto sentir-me ainda um pouco enjoado, mas, ao entardecer, o céu ficou limpo, o vento parou por completo e seguiu-se uma noite encantadora. O Sol pôs-se serenamente e assim nasceu na manhã seguinte. Com o vento fraco ou inexistente e o reflexo do sol luminoso no mar tranquilo, estava diante da melhor paisagem que alguma vez vira. Dormira bem toda a noite e, como já não estava enjoado, sentia-me mais alegre, contemplando com espanto o mar, que se mostrara tão agitado e terrível no dia anterior e que, em tão pouco tempo, se tornara manso e aprazível. Nesse instante, como que para evitar o cumprimento das minhas promessas, o amigo que me incitara a partir aproximou-se de mim.

— Então, companheiro — disse ele, dando-me uma palmada no ombro —, como te sentes? Pareceu-me que ontem à noite ficaste assustado com aquelas ligeiras rajadas de vento.

— Ligeiras rajadas de vento? — perguntei eu. — Foi uma tempestade terrível.

— Uma tempestade? Não sejas tolo — respondeu ele. — Nada digno de registo se passou. Se estivermos num bom barco e em mar aberto, não nos preocupamos com aquele tipo de ventanias. Mas tu és um marinheiro de água doce, companheiro. Vem, vamos preparar uma taça de ponche e esquecer tudo aquilo. Não vês o tempo maravilhoso que faz agora?

Para abreviar essa parte triste da minha história, basta dizer que adotámos os usos de todos os marinheiros: preparámos o rum, embriaguei-me e, nessa noite de loucura, afoguei todo o arrependimento, todas as reflexões sobre a minha conduta passada e todas as determinações em relação ao meu futuro. Em suma, à medida que o mar foi voltando ao seu estado calmo depois da tempestade, também os pensamentos da noite anterior se começaram a dissipar. Fui perdendo, assim, o medo de ser engolido pelo mar e vi regressar os meus antigos desejos, esquecendo por completo as promessas que fizera enquanto estava desesperado. Ainda tinha alguns momentos de reflexão e raciocínios sensatos, mas afastava-os logo, como se de uma doença se tratasse. Dedicando-me à bebida e à companhia, consegui anular essas investidas, como lhes chamava, e, ao fim de cinco ou seis dias, obtive uma vitória

total sobre a minha consciência, correspondendo ao desejo de qualquer jovem decidido a não ser incomodado por ela. Mas faltava-me ainda superar mais uma prova, já que a Providência, como costuma fazer nestes casos, decidiu deixar-me sem a menor desculpa. Eu não quisera tomar o sucedido como uma advertência e, por isso, o que viria a seguir teria uma tal magnitude que até o miserável mais duro entre nós admitiria o perigo e imploraria por misericórdia.

Ao sexto dia de navegação, chegámos à enseada de Yarmouth. Como o vento se mostrara adverso e o tempo calmo, avançáramos muito pouco depois da tempestade. Vimo-nos obrigados a lançar a âncora porque o vento continuava adverso, ou seja, a soprar de sudoeste, e assim permaneceu ao longo de sete ou oito dias. Durante esse período, muitos barcos de Newcastle chegaram à mesma enseada, que era também um porto no qual as embarcações podiam esperar pelo vento favorável para acederem ao rio.

A nossa intenção, porém, não era permanecer ali tanto tempo. Queríamos entrar o mais depressa possível no rio, mas o vento começou a soprar forte e, ao fim de quatro ou cinco dias, com enorme intensidade. No entanto, a enseada era considerada um lugar seguro, estávamos bem ancorados e as nossas amarras eram resistentes, pelo que os nossos homens não estavam preocupados nem sentiam o mínimo receio, aproveitando o tempo para descansarem e se divertirem à maneira dos marinheiros. Na manhã do oitavo dia, o vento aumentou e todos pusemos mãos à obra

para arriar os mastaréus¹ e manter tudo apertado para que o barco resistisse o melhor possível. Por volta do meio-dia, o mar elevou-se tremendamente e o nosso castelo de proa² submergiu várias vezes, levando-nos a pensar que a âncora se havia soltado, pelo que o capitão ordenou que lançássemos a de emergência para equilibrarmos o barco com duas âncoras à proa e os cabos esticados ao máximo.

Levantou-se uma terrível tempestade e, então, comecei a vislumbrar o terror e o assombro nos rostos dos marinheiros. Embora o capitão fizesse todas as manobras para salvar o barco, quando entrava e saía do seu camarote, ouvi-o várias vezes murmurar para si, entre outras coisas, «Senhor, tende piedade de nós! É o fim, estamos perdidos». Durante aqueles primeiros momentos de apuro, comportei-me estupidamente, paralisado no meu camarote, que ficava na proa. É-me difícil descrever em pormenor como me sentia. Apenas conseguia assumir vagamente o primeiro arrependimento que o meu ser empedernido tão depressa espezi-nhara. Comecei por pensar que tinha superado o receio da morte e que não me amedrontaria como na primeira vez, mas, quando o capitão se aproximou de mim, como acabei de referir, e disse que estávamos perdidos, senti um terror profundo. Levantei-me, saí do meu camarote e olhei em frente. Jamais vira um espetáculo tão medonho. As ondas

¹ Os mastaréus são as hastes de madeira no topo dos mastros principais dos navios veleiros. Existem dois tipos: mastaréus de gávea (espigam por cima dos mastros reais) e mastaréus do joanete (que espigam por cima dos mastaréus da gávea). [N. T.]

² O castelo de proa é um convés parcial, mais alto do que o convés principal, localizado na proa. [N. T.]

elevavam-se como montanhas e caíam sobre nós a cada três ou quatro minutos. Quando conseguia olhar em redor, apenas via desolação. Dois dos barcos ancorados perto do nosso tinham-se visto forçados a cortar os mastros, para não se afundarem com o seu peso, e os nossos homens gritavam que um navio a cerca de uma milha de nós acabara de naufragar. Duas outras embarcações, libertas das suas âncoras, estavam a ser arrastadas para longe da costa, sem sequer lhes restar um mastro de pé. Os barcos mais leves resistiam melhor porque não sofriam tanto os embates do mar, mas dois ou três deles, à deriva, passaram muito perto de nós, apenas com a cevadeira³ ao vento.

Ao final da tarde, o imediato e o contramestre pediram ao capitão para cortar o mastro do traquete⁴, mas o capitão mostrou-se relutante e só acedeu ao pedido quando o contramestre protestou — afirmando que, se não o fizessem, o barco se afundaria. Ao cortarem o mastro do traquete, o mastro grande ficou tão solto e oscilou tanto que tiveram de o cortar também, deixando o convés totalmente raso.

É fácil imaginar como me senti naquele momento, não sendo mais do que um aprendiz de marinheiro, ainda uns dias antes muito assustado por quase nada. No entanto, se me é permitido expressar a esta distância os pensamentos que tive naquela altura, confesso que a minha mente estava dez vezes mais horrorizada com o facto de ter abandonado as minhas resoluções e retomado as antigas convicções,

³ A cevadeira é uma vela pequena presa a uma verga sobre o mastro real. As vergas são hastes presas ao mastro do navio, nas quais se amarram as velas. [N. T.]

⁴ Mastro que fica mais à proa do navio. [N. T.]

do que com a ideia da própria morte. Tudo isso, somado ao terror da tempestade, me atirou para um estado de espírito difícil de descrever por palavras. O pior, contudo, ainda estava por vir. A tempestade continuava com tamanha fúria que os próprios marinheiros admitiam nunca ter vivido uma pior. Tínhamos um bom barco, mas levava demasiado peso e submergia muito, a ponto de os marinheiros gritarem, de tempos a tempos, que iria soçobrar. Felizmente, não sabia o que queria dizer «soçobrar» e só mais tarde perguntei. A tempestade era tão violenta que pude testemunhar algo invulgar: o capitão, o contramestre e alguns outros homens mais sensatos puseram-se a rezar, prevendo que, a qualquer momento, o barco se afundaria. A meio da noite, e para cúmulo das nossas aflições, um dos homens que tinham descido para inspecionar a situação gritou que havia um rombo no fundo do barco e, pouco depois, um outro disse que já havia quase metro e meio de água no porão. Nesse instante, todas as mãos foram chamadas à bomba. Quando ouvi essa palavra, o meu coração pareceu parar e caí de costas na minha cama, onde estava sentado. Mas os homens foram despertar-me, dizendo que eu, incapaz de fazer algo útil até então, bem podia ajudar na bomba como qualquer um deles. Reagi de imediato e dirigi-me à bomba de água, pondo-me a trabalhar vigorosamente. Entretanto, o capitão, ao avistar alguns pequenos barcos carvoeiros que, obrigados a se lançarem ao alto-mar por não conseguirem resistir à tormenta na enseada, se aproximavam de nós, mandou disparar um tiro de canhão como sinal de socorro. Eu, que não fazia ideia do

que aquilo significava, pensei que o barco se tinha partido ou que acontecera alguma outra coisa igualmente terrível. Em poucas palavras, fiquei tão surpreendido que desmaiei. Como naquele instante todos velavam pela sua própria vida, ninguém fez caso de mim ou do que me poderia estar a acontecer. Um dos marinheiros aproximou-se da bomba e, afastando-me com o pé, deixou-me ali ficar estendido, pensando que estava morto. Só muito tempo depois recuperei os sentidos.

Continuámos a trabalhar, mas a água não parava de entrar no porão e era evidente que o barco acabaria por soçobrar. Embora a tempestade comesçasse a diminuir um pouco, não era possível fazer o barco chegar ao porto mais próximo e, por isso, o capitão continuou a ordenar que disparassem o canhão em sinal de socorro. Em resposta, um pequeno navio que se tinha soltado mesmo à nossa frente enviou um bote para nos resgatar. Com grande dificuldade, o bote aproximou-se de nós, mas não conseguia manter-se perto do barco, nem nós conseguíamos subir a bordo. Por fim, os nossos homens atiraram por cima da popa do nosso barco uma corda com uma boia, que foi cair longe dos homens do bote; estes, remando com todas as suas forças e arriscando a vida para nos salvarem, conseguiram apanhar a corda e logo os puxámos para junto do nosso barco, acabando todos por entrar a bordo do bote. Uma vez embarcados, concluímos ser inútil tentarmos chegar ao outro navio, pelo que concordámos deixarmos-nos levar pela corrente, limitando-nos a direcionar, tanto quanto possível, o bote para terra firme. Nesse sentido,

o nosso capitão prometeu que, se o bote se desfizesse ao chegar à costa, trataria de indemnizar o seu proprietário. E assim, com a ajuda dos remos e da corrente, o bote foi avançando para norte, num rumo oblíquo à costa, até chegar a Winterton Ness.

Não tinha passado muito mais de um quarto de hora desde que abandonáramos o nosso barco quando o vimos afundar-se. Compreendi então, pela primeira vez, o que significava um navio soçobrar no mar. Devo reconhecer que me foi difícil levantar os olhos quando os marinheiros me disseram que o barco se estava a afundar. Desde o momento em que entrara no bote, ou melhor, me tinham feito entrar nele, o meu coração como que morrera dentro de mim, devido não só ao medo, mas também ao horror de espírito face ao que previa estar ainda pela frente.

Enquanto estávamos nessa situação, com os homens a remar ativamente para aproximarem o bote de terra, conseguíamos avistar, quando subíamos à crista de uma onda, um grande amontoado de gente a correr ao longo da costa para nos socorrer à chegada. No entanto, o nosso avanço era lento e só depois de passarmos o farol de Winterton conseguimos alcançar a costa, que ali se inclina para oeste em direção a Cromer, quebrando um pouco a força do vento. Com muita dificuldade, desembarcámos todos a salvo e, logo de seguida, tomámos a pé o caminho com destino a Yarmouth, onde, na nossa condição de homens desafortunados, fomos tratados com grande humanidade, tanto pelos magistrados da cidade, que nos disponibilizaram bom alojamento, como pelos comerciantes e proprietários

de navios, que nos deram dinheiro suficiente para continuarmos até Londres ou regressarmos a Hull, conforme preferíssemos.

Se tivesse tido a sensatez de regressar a Hull e voltar a casa, teria sido feliz e o meu pai, ilustrando a parábola do nosso bendito Redentor, teria matado em minha honra o seu bezerro mais gordo, visto só muito tempo depois de ter sabido que o barco que me levava a bordo naufragara na enseada de Yarmouth pôde obter a confirmação de que eu não me afogara. Mas o meu cruel destino impelia-me com uma obstinação que não cedia perante nada. Embora tivesse sentido muitas vezes os apelos da razão e dos meus juízos mais ponderados para regressar a casa, não tive a força de vontade necessária para o fazer. Não sei como definir tudo isto, nem me atrevo a dizer que se trata de um secreto e inapelável decreto que nos instiga a ser os instrumentos da nossa própria destruição, mesmo quando ela se encontra à nossa frente e para ela nos precipitamos de olhos bem abertos. Ainda assim, só um decreto que me destinava à desgraça, e ao qual me era impossível escapar, me poderia ter obrigado a seguir em frente, contrariando os serenos argumentos e motivos da minha consciência, bem como os dois tão evidentes avisos que recebera na minha primeira experiência.

O meu camarada, que antes me ajudara a fortalecer a minha decisão e que era filho do capitão, estava agora menos convicto do que eu. Depois do nosso desembarque em Yarmouth, só falámos passados três ou quatro dias, visto termos sido colocados em alojamentos diferentes

na cidade, e o seu tom parecia diferente. Com um aspeto melancólico, perguntou-me se estava bem e explicou ao pai, que o acompanhava, quem eu era e como fizera aquela viagem com o simples propósito de me preparar para, mais tarde, fazer uma viagem mais longa. O pai do meu amigo virou-se para mim e falou-me num tom sério e apreensivo:

— Jovem, nunca mais voltas ao mar. Toma o sucedido como um sinal claro e concreto de que não estás destinado a ser marinheiro.

— Mas — disse-lhe eu —, e o senhor não voltará ao mar?

— O meu caso é diferente — respondeu ele. — O mar é a minha vocação e, portanto, o meu dever. Quanto a ti, fizeste esta viagem à experiência e viste como o Céu te deu provas suficientes do que te espera se persistires. Talvez tudo isto nos tenha acontecido por tua causa... Permite-me que te pergunte — continuou ele —: quem és verdadeiramente e o que te levou a embarcar?

Contei-lhe então parte da minha história e, quando terminei, ele viu-se atacado por uma estranha fúria:

— Que terei eu feito — disse — para que tão infeliz criatura entrasse a bordo do meu navio? Nem a troco de 100 mil libras voltaria a pôr o pé no mesmo barco que tu!

Tratava-se, sem dúvida, de uma explosão das suas emoções, ainda agitadas pela sensação de perda, levando-o a exceder-se na sua autoridade. No entanto, lá se acalmou, incitando-me com seriedade a regressar para junto do meu pai e a não desafiar a Providência, pois podia ver claramente que a mão do Céu se me opunha.

— E, jovem — disse ele —, podes crer que, se não regressares, só encontrarás desastres e desilusões, até que se hajam cumprido as palavras do teu pai.

Separámo-nos pouco depois, sem que lhe pudesse dar uma boa resposta. Não voltei a vê-lo e também não sei para onde foi. Quanto a mim, tendo algum dinheiro no bolso, viajei para Londres por terra e ali, bem como pelo caminho, debati-me sobre o rumo a dar à minha vida, indeciso entre voltar a casa ou ao mar.

Relativamente ao regresso a casa, a vergonha opunha-se aos melhores impulsos oferecidos pelos meus pensamentos. Ocorria-me logo que os meus vizinhos se ririam de mim e que me sentiria embaraçado ao ver não só o meu pai e a minha mãe, mas também todas as outras pessoas. Foi a partir daí que passei a perceber quão incongruente e irracional é o temperamento habitual dos seres humanos, especialmente os jovens, face à razão que os devia guiar nestes casos: não se envergonham de errar, mas envergonham-se do arrependimento; não se envergonham das ações que legitimamente justificam serem tomados por tolos, mas envergonham-se de voltar atrás no erro, algo que, na realidade, apenas os faria serem tomados por sábios.

Permaneci nesse estado de espírito durante algum tempo, pouco seguro quanto ao que fazer e do caminho a dar à minha vida. Continuava a sentir uma incontrollável relutância à ideia de voltar a casa e, enquanto me demorava a decidir, a recordação das minhas desgraças começava a dissipar-se. O tempo que estive distante foi enfraquecendo cada vez mais o ténue impulso presente na minha vontade

de regressar, até que, por fim, abandonei por completo tais pensamentos e dispus-me a procurar uma forma de viajar para longe.

Capítulo II

Escravatura e fuga

A influência maligna que, de início, me levava a deixar a casa paterna, que me instigara a seguir a ideia louca e desconexa de fazer fortuna, que me munira de uma presunção vincada a ponto de fazer ouvidos de mercador a todos os bons conselhos, súplicas e até ordens do meu pai, essa mesma influência, dizia eu, fosse qual fosse a sua natureza, pôs diante de mim a mais infeliz das tarefas. E foi assim que embarquei num navio com destino à costa de África, ou, como costumam dizer os nossos marinheiros, numa viagem para a Guiné.

Para meu grande infortúnio, em nenhuma dessas aventuras embarquei como marinheiro. É verdade que, desse modo, teria tido de trabalhar um pouco mais arduamente, mas, por outro lado, teria aprendido os deveres e o ofício do contramestre e, ao fim de algum tempo, poderia ter ascendido ao posto de piloto ou imediato, senão de capitão.

Todavia, como o meu fado consistia em fazer sempre as piores escolhas, também nesse aspeto se verificou o mesmo, uma vez que, com dinheiro no bolso e boas roupas no corpo, subi sempre a bordo sob o estatuto de cavalheiro e, portanto, nunca tive um cargo específico, nem sequer aprendi a desempenhar algum.

Logo após a minha chegada a Londres, tive a sorte de encontrar muito boa companhia, coisa que nem sempre acontece aos jovens desprendidos e desorientados como eu era então, pois o Diabo não perde a oportunidade de lhes montar ciladas desde cedo. Mas não foi assim comigo. Em primeiro lugar, conheci o capitão de um barco que estivera na costa da Guiné e que, em virtude do sucesso da viagem, estava resolvido a voltar. Esse capitão escutou com prazer a minha conversa, nada desagradável naquela altura, e, quando me ouviu afirmar que ambicionava ver o mundo, propôs-me seguir viagem com ele, sem quaisquer despesas a meu cargo. Seria o seu conviva de mesa e companheiro. E, além disso, se quisesse levar alguma coisa comigo, poderia retirar dela todo o proveito proporcionado pelo comércio, nesse que era mais um estímulo à partida.

Aceitei a oferta e, começando a desenvolver uma estreita amizade com o capitão, que era um homem honesto e de trato simples, segui viagem com ele, levando um pequeno número de artigos de pouco valor que, graças à honestidade desinteressada desse meu novo amigo, pude aumentar consideravelmente. Na prática, levei cerca de 40 libras de bugingangas e ninharias que o capitão me aconselhara a comprar. Consegui juntar essas 40 libras com a ajuda dos

meus parentes com quem ainda me correspondia, e que, segundo acredito, terão convencido o meu pai, ou pelo menos a minha mãe, a contribuírem com essa soma para a minha primeira aventura.

De todas as minhas aventuras, essa viagem foi a única que posso considerar afortunada. Fiquei a dever esse facto à integridade e honestidade do capitão meu amigo, com quem também adquiri boas noções de matemática e das regras de navegação, aprendi a escrever o diário de bordo e a fazer observações e, em suma, desenvolvi alguns conhecimentos indispensáveis a um marinheiro. Ele gostava de me ensinar e eu gostava de aprender. Em poucas palavras, essa viagem fez de mim marinheiro e comerciante, já que as minhas bugigangas renderam cinco libras e nove onças de ouro em pó, que, no regresso a Londres, se converteram num lucro de quase 300 libras esterlinas, o que inspirou em mim os pensamentos ambiciosos que me levariam à ruína.

No entanto, até mesmo nessa viagem passei por alguns apuros. Estive quase sempre doente e fui acometido de febres violentas, causadas pelo excessivo calor do clima local, uma vez que os nossos negócios decorriam sobretudo junto à costa, entre os 15 graus de latitude e a própria linha do equador.

Por essa altura, já me podia considerar um perito no comércio com a Guiné. Como, para minha desgraça, o meu amigo morreu pouco tempo depois do nosso regresso, decidi fazer a mesma viagem na companhia daquele que fora anteriormente seu piloto e, entretanto, passara a capitão do navio. Tratou-se da viagem mais infeliz que um

homem alguma vez fez. Embora levasse apenas cerca de 100 libras da minha recém-adquirida fortuna, tendo deixado as restantes 200 ao cuidado da viúva do meu amigo, sofri bastantes reveses. O primeiro foi o que vou contar de seguida. O nosso barco avançava em direção às Ilhas Canárias — ou melhor, seguia numa rota que passava entre estas ilhas e a costa africana — quando fomos surpreendidos, na penumbra da manhã, por um pirata turco de Salem, que nos perseguia a todo o pano⁵. Apressámo-nos a largar ao vento todas as velas que tínhamos e que os nossos mastros podiam suster, a fim de escaparmos. Mas, vendo que o pirata se aproximava e nos alcançaria numa questão de poucas horas, preparámo-nos para o combate. Feitas as contas, o nosso barco contava com 12 canhões, e o do salteador com 18. Por volta das 15 horas, estava junto a nós, mas, por um erro de manobra, aproximou-se de lado do nosso barco, em vez de o fazer pela popa, como era sua intenção. Então, levávamos oito canhões para esse lado e disparámos uma descarga que o fez retroceder, embora só depois de ter respondido na mesma moeda e acrescentar o fogo ligeiro dos quase 200 homens que levava a bordo. Ainda assim, nenhum dos nossos homens ficou ferido, já que estavam todos muito bem protegidos. Os piratas prepararam-se para nos atacar de novo e nós para nos defendermos. No entanto, dessa vez, a embarcação inimiga acercou-se de nós pelo outro lado e saltaram para o nosso convés 60 homens, que se puseram imediatamente

⁵ A toda a velocidade. [N. T.]

a rasgar as velas e todas as cordas do navio. Respondemos com tiros de fuzilaria, golpes de lança, pólvora e outras armas semelhantes, conseguindo expulsá-los do nosso convés por duas vezes. Contudo, para abreviar essa parte melancólica da nossa história, direi apenas que, com o nosso barco danificado, três dos nossos homens mortos e oito feridos, tivemos de nos render e fomos levados como prisioneiros para Salem, um porto que pertencia aos mouros.

O tratamento que ali recebi não foi tão mau como de início temera, nem fui conduzido pelo interior do país até à corte do Imperador, como sucedeu ao resto dos nossos homens, porque o capitão dos piratas decidiu reter-me como parte do seu saque e, tendo-me achado jovem, ágil e potencialmente útil nos seus negócios, fez de mim seu escravo. Perante essa inesperada mudança de circunstâncias que me fizera passar de mercador a um mero escravo, senti-me profundamente consternado. E recordei o discurso profético do meu pai — de que eu seria um miserável sem ninguém a quem recorrer. Tais profecias não se poderiam ter cumprido de maneira mais nefasta, deixando-me sem salvação possível. Mas, lamentavelmente, tudo isso era apenas uma mostra das desgraças que me esperavam, como se verificará mais adiante nesta história.

Visto o meu novo amo, ou senhor, me ter levado para sua casa, acalentei sempre a esperança de que me levasse também com ele quando voltasse ao mar. Eu estava convencido de que, mais cedo ou mais tarde, o seu destino o levaria a ser capturado pela armada espanhola ou pela portuguesa, o que me faria recuperar a minha liberdade.

No entanto, essa esperança não demoraria muito a desvanecer: quando ele partiu para o mar, deixou-me em terra, incumbido de tratar do seu jardim e das tarefas domésticas normalmente desempenhadas por escravos; e, quando regressou de novo a casa, ordenou-me que permanecesse a bordo do barco para o guardar.

Durante esse tempo, só conseguia pensar na minha fuga e na melhor forma de a pôr em prática, embora não conseguisse desenvolver um plano com a mínima possibilidade de ser bem-sucedido. Parecia-me não existir maneira racional de escapar, pois não tinha a quem comunicar as minhas intenções, ninguém que estivesse disposto a embarcar comigo — nenhum companheiro entre os escravos, nem outro inglês, irlandês ou escocês além de mim. Assim, durante dois anos, fui alimentando a ideia de fuga, mas sem reais perspectivas de a mesma se concretizar.

Passados quase dois anos, uma circunstância singular reavivou-me as intenções de tentar reaver a minha liberdade. O meu amo estava em casa há mais tempo do que o habitual, sem aparelhar o navio, o que se devia, segundo me contaram, a falta de dinheiro. Uma ou duas vezes por semana, se estivesse bom tempo, levava uma pequena embarcação para pescar na enseada. Por regra, levava-me a mim e a um jovem mourisco enquanto remadores, pois a nossa presença deixava-o bastante alegre. Como também dei provas de grande destreza na pesca, começou a mandar-me sair algumas vezes nessa mesma embarcação com um mouro seu familiar, e com o tal jovem mourisco, para lhe pescarmos um prato de peixe.

Certa vez, tendo nós saído para pescar numa manhã calma, levantou-se um nevoeiro tão cerrado que, apesar de estarmos a menos de milha e meia da costa, a deixámos de ver. Começámos, por isso, a remar sem noção das direções, e assim continuámos durante todo o dia e toda a noite. Quando amanheceu, demo-nos conta de que nos tínhamos afastado ainda mais de terra, estando a mais de cinco milhas da costa. Conseguimos, porém, regressar sãos e salvos, não sem grande esforço e algum perigo, porque se levantara um vento forte nessa manhã e nós estávamos bastante debilitados pela fome.

O nosso amo, tomando esse desastre como um aviso, decidiu ser mais cauteloso no futuro. Ou seja, resolveu servir-se da chalupa — um barco de velas e remos — do nosso navio inglês e não mais voltar a sair para pescar sem levar consigo uma bússola e algumas provisões. Além disso, ordenou ao carpinteiro do seu navio, também ele um escravo inglês, que construísse um pequeno camarote, ou cabina, no meio da chalupa, como os que têm as barcaças, deixando espaço suficiente à popa para manobrar o leme ou largar a vela e, à proa, para que dois homens pudessem ajudar com as cordas. A chalupa navegava com uma vela triangular e o pau da bujarrona⁶ erguia-se acima do camarote, que era baixo e confortável e tinha espaço suficiente para acolher o meu amo e um ou dois dos seus escravos, dispondo ainda de uma mesa de refeições e alguns armários pequenos para guardar garrafas de bebida e, sobretudo, pão, arroz e café.

⁶ A bujarrona é uma vela triangular que se iça à proa. [N. T.]

Robinson Crusóé é uma obra-prima da literatura universal.

No dia em que o jovem rebelde inglês Robinson Crusóé ignora os conselhos da família, deixa o conforto da sua casa e decide ser marinheiro e conhecer mundo, começa uma grande aventura que durará cerca de 30 anos.

Nas suas viagens, enfrenta tempestades fortíssimas e adversidades causadas pela natureza agreste e por homens brutais, como piratas e canibais. Passa por África e pelo Brasil, mas a sua ambição leva-o a querer seguir caminho. Numa dessas aventuras marítimas, o seu navio naufraga e Crusóé, o único sobrevivente, consegue chegar a uma ilha deserta... ou talvez não.

Esta história, publicada há precisamente trezentos anos, merece continuar a ser lida. É um exemplo de superação e de como, respeitando os recursos disponíveis, podemos ultrapassar as dificuldades com perseverança, paciência, inteligência e imaginação.

«No regresso a casa, anos mais tarde, será inevitavelmente um homem transformado por essa experiência-limite: a provação da extrema solidão.»

in Prefácio de Carla Maia de Almeida

A **Coleção Tesouros da Literatura**, da qual este livro faz parte, oferece uma cuidada seleção de obras fundamentais da Literatura Universal, muitas das quais são recomendadas pelas **Metas Curriculares de Português** e pelo **Plano Nacional de Leitura**.



 <p>20 20 editora</p>	<p>ISBN 978-989-668-561-4</p> <p>12+</p>  <p>9 789896 685614</p>
<p>Literatura Juvenil</p>	